

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO URBANA NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA: Globalização, Fragmentação e Militarização

Por André Luís André²⁹

Introdução

No mundo contemporâneo a questão urbana atingiu múltiplas dimensões na perspectiva da produção e reprodução do espaço urbano e isto nos coloca o desafio de interpretar os fenômenos da urbanização como processo mundializado, que se reafirma a partir da singularidade dos lugares, por meio da vida cotidiana, ainda que verticalizada por processos distantes.

Nesta perspectiva, partindo da experiência urbana desta parte do mundo a que costumamos chamar América Latina, é necessário compreender a urbanização, suas condições e contradições, dentre das dinâmicas de cada período histórico, ou melhor, de cada período geopolítico pelos quais passaram os diversos territórios latino-americanos. São com estes dois olhares que queremos aqui apresentar um debate sobre a produção e reprodução do espaço urbano da Tríplice Fronteira - Brasil, Paraguai e Argentina -, na qual há uma relação transfronteiriça (CARNEIRO, 2013) entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, onde residem de forma fragmentada da perspectiva do tecido socioespacial, aproximadamente 700 mil habitantes, e na qual há dinâmicas geográficas que não podem ser desvinculadas dos processos de globalização – seja como novo período da história, seja como etapa ulterior do capitalismo (SANTOS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006); dos processos de regionalização – como arte-fato como discutiu Haesbart (2010) ou visto na perspectiva da questão local, como discutiu Benko (1996) e Thrift (1996); dos processos de militarização (SOUZA, 2002); e, dentro outros, dos processos de fragmentação (ELIAS, 2002).

Vale expor que esta é a Tríplice Fronteira demograficamente mais ocupada de toda América do Sul (CARNEIRO, 2013). Sua formação, considerando os processos de formação socioespacial de cada um dos países, se inicia basicamente no final do século XIX e início do século XX, num período de formação dos Estados Nacionais e suas fronteiras em toda América Latina. Não obstante, num período em que geopoliticamente os territórios na região foram organizados em grande medida como complexos agroexportadores para atender demandas do mercado internacional (CHONCHOL, 1994).

Ao longo do século XX, no auge do nacional-desenvolvimentismo dos grandes países periféricos como Brasil e Argentina, e da bipolaridade na geopolítica internacional, esta extensão também se estruturou como fronteira demográfica, principalmente para brasileiros e paraguaios com a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu e a constituição da fronteira agrícola com a expansão da rede sulista de migração. Hoje os principais operadores do

²⁹ Professor de Geografia Humana do curso de Geografia e atual Chefe do Departamento de Pesquisa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA -, lotado no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. Doutor Direto pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Correio Eletrônico Institucional: andre.luis@unila.edu.br.

agronegócio na parte oriental do Paraguai, com os “brasiguaios” e os principais operadores do agronegócio em boa parte do território brasileiro, produzindo o que Haesbaert (2007) chamou de território em rede.

Sendo assim, Ciudad del Leste, antes Presidente Strossner, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, surgem no esforço de ocupação das fronteiras dos três países, cada uma a seu tempo, mas dentro do mesmo período geopolítico. Foram dinamizadas pela forte verticalização dos respectivos Estados Nacionais com a construção de Itaipu, Ponte da Amizade e Ponte da Fraternidade. O que gerou, principalmente no caso de Foz do Iguaçu, uma segregação urbana planejada pelo próprio Governo Federal brasileiro para atender segmentos socioprofissionais envolvidos na construção e no início das operações da Usina. É então que surgem os bairros Vila A, Vila B e Vila C, impulsionando ao mesmo tempo um processo de compartimentação fragmentada do espaço urbano.

Com a incorporação de novos sistemas de engenharia: o Aeroporto Internacional das Cataratas e o Aeroporto de Puerto Iguazú, uma série de portos secos e a melhoria do sistema viário, esta Tríplice Fronteira sofreu um processo de transfronteirização (CARNEIRO, 2013), e o espaço urbano das cidades passaram a ter frações conectadas aos fluxos dos negócios globalizados, com destaque para o agronegócio, comércio de mercadorias e serviços – legais e em conflito com a lei - e o turismo internacional.

Enquanto Ciudad del Leste ganhou a condição de terceira maior zona comercial do mundo, apenas atrás de Miami e Hong Kong, Foz do Iguaçu, em virtude de Itaipu e das Cataratas, recebe atualmente cerca de 1,5 milhões de turistas ao ano, sendo em média 25 % vindo de países do MERCOSUL e 25% vindos de fora do continente americano. As três cidades, nesta perspectiva, passaram a organizar parte do seu espaço urbano para atender as demandas dos negócios internacionais, seja oferecendo suporte técnico-financeiro ao agronegócio, consumo de luxo e lazer privado; sendo oferecendo serviços de turismo sofisticados; sendo oferecendo produtos-serviços legais e produtos-serviços em conflito com a lei, como a prostituição de luxo e o tráfico de armas e drogas.

Enquanto as inserções no espaço de fluxos regionais e globais aumentaram de forma violentamente exponencial, em virtude da possibilidade de ubiquação global dos negócios e do processo de regionalização marcado pelo MERCOSUL, a fragmentação vertical da Tríplice Fronteira se intensificou, uma vez que parte significativa dos habitantes das cidades não tem a mínima condição de definir os rumos de seus entornos, conjugado ao processo de fragmentação horizontal, permeado por nuances de classe, raça, etnia, religião e nacionalidade.

Aqui, como numa distopia do mundo global, é possível encontrar árabes, libaneses, chineses, italianos, coreanos, brasileiros, paraguaios, argentinos, mulçumanos, católicos, budistas, pentecostais, pretos, brancos, guaranis, todos convivendo de forma fragmentada e em constante conflito, mais ou menos fazendo valer o fluxo de capitais, associados ao comércio de mercadorias, ao agronegócio e ao turismo, bem como à produção de energia.

Assim, temos um espaço urbano transfronteiriço com características pós-coloniais, moderna e pós-moderna, capaz de oferecer bem-estar aos turistas, aos grupos estabelecidos, aos operadores do comércio e do agronegócio, aos servidores públicos ligados à Itaipu e as demais

instituições federais, oferecendo simultaneamente mal-estar aos diferentes grupos socioespaciais em processo de marginalização multicultural-étnica-racial-nacional.

É assim que esta Tríplice Fronteira mantém simultaneamente um dos centros de compras mais dinâmicos do mundo, uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, uma das maravilhas do mundo, um dos principais complexos turísticos de toda América do Sul, com ocupações urbanas, bem na rota das cataratas do Iguazu, onde pessoas em processo de marginalização lutam pelo direito à moradia; onde centenas de vazios urbanos são utilizados como reserva de valor para processos de especulação imobiliária; onde bairros populares podem estar até à duas horas de ônibus do centro da cidade; onde crianças, quase sempre de origem guarani perambulam como pedintes.

Nesta perspectiva, as cidades em questão experimentam um intenso processo de fragmentação vertical e vulnerabilidade territorial, pela incapacidade da maior parte da população local, ainda que segmentada, de influenciar os Estados Nacionais fronteiriços, nas suas diferentes escalas. Experimentam um processo de fragmentação horizontal decorrente da convivência e da solidariedade mecânica entre os grupos estabelecidos das respectivas cidades e os grupos em processo de marginalização, quase sempre corporificados na pessoa de mulheres, crianças, pretos e nativos guaranis que historicamente habitam a região. Estas cidades reproduzem um urbanismo, dividido, desigual e contraditório, protetor dos negócios e grupos socioespaciais com alto poder, predador e implacável com os pobres de todas as matizes culturais, expressando o que Boaventura (1998) chamou de “fascismo sociais”, dentre eles, o fascismo territorial.

Objetivos

Assim, considerando o contexto urbano da tríplice fronteira, nosso objetivo central é demonstrar que há, no limite, dois tipos de planejamento e desenvolvimento para estas cidades: um para permitir a realização dos interesses do lobby do turismo, dos operadores e especuladores do mercado imobiliário, dos investidores de todo tipo, dos setores ligados ao suporte técnico-financeiro do agronegócio e dos interesses geopolíticos principalmente do Estado brasileiro com a atuação da Itaipu Binacional, e, por outro lado, um planejamento voltado para blindar o espaço urbano que resulta destes interesses anteriores. Nesta perspectiva, queremos demonstrar que estas cidades vivem vulnerabilidades de todo o tipo, possibilitando assim, uma fragmentação vertical, decorrente da incapacidade da maior parte da população local de influenciar os Estados Nacionais fronteiriços, nas suas diferentes escalas, e, portanto, definir os rumos destas cidades em processo de transfronteirização.

Não obstante, queremos demonstrar que ocorrem aqui processos de fragmentação horizontal decorrentes da convivência e da solidariedade mecânica entre os grupos estabelecidos das respectivas cidades e os grupos em processo de marginalização, quase sempre corporificados nos corpos de mulheres, negros e nativos guaranis que historicamente habitam esta extensão de fronteira. As cidades e os espaços urbanos da tríplice fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina, a sua maneira, como a maior parte das cidades da América Latina, retroalimentam um urbanismo, dividido, desigual e contraditório, pseudomoderno para os grupos socioespaciais com alto poder e implacável com os pobres.

Metodologia

Para entender a questão urbana na América Latina, suas características, suas particularidades e mesmo suas singularidades, venho atuando na investigação científica com dois pressupostos. Primeiro, é necessário entender como a urbanização latino-americana é impulsionada por cada período geopolítico pelo qual passou a América Latina: Colonização, Formação dos Estados Nacionais, Nacional-Desenvolvimentismo e mais recentemente a mundialização dos negócios, grosseiramente chamada de globalização. Segundo, ainda como questão de método, observamos como os elementos que verticalizam os lugares a partir das relações longínquas de Estados, capitais, investidores e corporações se projetam na vida cotidiana de cada lugar. Neste caso, as cidades transfronteiriças de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, condicionando formas de estruturação do espaço urbano que comportam diferentes formas de fragmentação horizontal e vertical. A primeira marcada pelos diferentes lugares de moradias dos grupos socioespaciais e a segunda marcada por espaços modernizados colados com espaços precarizados (ANDRÉ, 2016).

Resultados parciais: reflexões sobre a globalização, fragmentação e militarização na tríplice fronteira

As cidades que forma a tríplice fronteira atualmente experimentam a organização espacial de algumas de suas frações para atender os fluxos da globalização, particularmente com os aeroportos de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, com as Cataratas da Argentina e do Brasil, com a usina hidrelétrica binacional de Itaipu e com o centro de compras de Ciudad del Este, as melhores infraestruturas urbanas das três cidades formam uma malha territorial-urbana para ligar todos estes “fixos” ou “objetos” com alto grau de modernidade e sofisticação, seja na própria materialidade urbana, seja nos lugares que são visitados, seja nas mercadorias que são consumidas pelos turistas, consumidores e/ou operadores varejistas ou atacadistas do centro de compra em Ciudad del Este.

Acontece que há toda uma produção, planejamento e organização urbana para que a tríplice fronteira possa atrair turistas-consumidores de todo o mundo. Por outro lado, a força de trabalho que move este circuito internacional de turismo-consumo é basicamente formada por brasileiros, paraguaios e argentinos pobres, não obstante, os controladores deste circuito internacional no território são geralmente árabes, chineses, libaneses, brasileiros e argentinos integrados e capazes de definir em certa medida a economia política deste território.

Há uma tríplice fronteira preparada e condicionada para todo tipo de negócio, verticalizada de longe, operada por brasileiros, árabes, chineses, libaneses e argentinos, sejam circuitos legais ou circuitos em conflito com a lei dos três países, como os circuitos econômicos das drogas ilícitas, das armas e do contrabando de mercadorias, cuja força de trabalho disposta, às vezes, a dar a própria vida para manter os fluxos fluindo, recebendo assim sua parte, geralmente em forma de salário ou pagamento precário em relações de trabalho não formalizadas pelos respectivos Estados Nacionais fronteiriços, são formadas por brasileiros, paraguaios e argentinos, quase sempre pobres, geralmente de ascendência negra ou guarani, ou remanescentes da fronteira agrícola que se estendeu pela região que não encontram mais emprego no campo.

Os lugares da globalização da tríplice fronteira impõem uma problemática de difícil resolução e em consonância com o atual processo de mercantilização do espaço, do território, dos lugares. Os locais organizados para atender aos fluxos e negócios globalizados, principalmente o turismo e as compras de mercadorias, se não são espaços privados, uma vez que Itaipu e o

Parque do Iguaçu, onde se localizam as Cataratas são instituições estatais, são espaços consumidos uma vez que para ter acesso a eles é preciso dispor destes lugares como valor de troca, numa relação de consumidor-usuário. Esta relação impõe não somente a questão do consumo do lugar, mas também a questão do esvaziamento dos lugares como espaços públicos.

Nos lugares da globalização da tríplice fronteira geralmente incluem turistas-consumidores e os endinheirados locais, mas excluem a maior parte dos habitantes, a não ser que estejam dispostos a oferecer sua força de trabalho para fazer fluir turistas e consumidores.

Aqui é preciso lançar duas questões sobre a fragmentação: primeiro, a fragmentação pode ser entendida como a incapacidade dos habitantes locais, os cidadãos entre eles, de definirem os rumos da economia política local. A fronteira, a tríplice fronteira e o processo de transfronteirização corrente em Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguaçu, impõe, pela própria natureza das fronteiras a verticalização dos governos nacionais em questão – Brasil, Paraguai e Argentina. Os governos nacionais tem grande influência na organização espacial deste território e do seu processo de urbanização.

Com a globalização dos negócios, as empresas envolvidas nos circuitos econômicos do turismo e da circulação de mercadoria neste lugar, passaram a verticalizar seus planos e interesses corporativos e empresariais tanto quanto os governos nacionais na região. Por outro lado, organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas, armas, pessoas e na prostituição de luxo, também demonstram capacidade de influir na economia política local. Isto foi paulatinamente criando as condições de declínio ou de impossibilidade de controle ou autonomia de gestão deste território, cujos negros, guaranis e refugiados da fronteira agrícola, experimentam um franco processo de marginalização e subordinação que se evidencia no tipo de trabalho que realizam geralmente trabalho precário, e no tipo de moradia de que tem acesso, geralmente moradia precária, conformando periferias e hiperperiferias: favelas, chacaritas ou villas!

Do bairro planejado para abrigar trabalhadores pobres que atuaram na construção da usina de Itaipu, como a Vila C, a maior ocupação urbana da tríplice fronteira – o Bubas -, as favelas que beiram o Rio Paraná do lado brasileiro e as chacaritas que beiram o mesmo rio do lado paraguaio, impõe a este território um duplo processo de fragmentação: a fragmentação vertical da qual já falamos e a fragmentação horizontal entre os grupos estabelecidos aqui neste território: brasileiros, argentinos, árabes e chineses, que operam os fluxos de mercadorias e serviços, moradores de bairros homogêneos (por nacionalidade, religião ou renda) ou condomínios fechados de alta renda; e os grupos em processo de marginalização, quase sempre pobres de origem rural, negros ou guaranis, residentes nas áreas mais precárias da cidade.

Neste trabalho, não há espaço suficiente para debater a fundo o processo de militarização ao qual temos ficados submetidos desde a escala global à escala da vida cotidiana. Todavia, por militarização estamos entendendo o processo de mediação das relações socioespaciais entre os diferentes habitantes da tríplice fronteira e os negócios estatais e privados que aqui ganham concretude, mediações que tangenciam mais ou menos o mercado privado de segurança, a midiaticização, sobretudo, televisa da insegurança, a atuação das polícias, das forças armadas, das polícias privadas e dos sistemas de vigilância.

Para tornar frações da tríplice fronteira em lugar da globalização dos negócios, sem deixar de resolver suas contradições socioeconômicas, sem deixar de estender a todos os habitantes a sofisticação da inserção na globalização, sem deixar de resolver as contradições entre nacionalidades, classes, grupos étnicos raciais; os grupos estabelecidos aqui, as corporações, as organizações empresariais e criminosas, bem como os governos, nas suas diferentes escalas, fizeram a opção, mais ou menos programada, mais ou menos organizada, de blindar os territórios conectados à globalização, dos territórios da vida cotidiana dos grupos subalternos da tríplice fronteira.

Com o uso do discurso difuso da segurança: segurança da fronteira, segurança dos turistas, segurança dos locais de turismo, segurança dos locais de compra, segurança dos consumidores, segurança dos grupos de alto poder econômico e político; governos, empresas e organizações optaram por garantir os negócios pela força explícita das armas ou pela força simbólica dos sistemas de vigilância.

A sociabilidade entre ricos e pobres, nas suas segmentações de identidade e nacionalidade, etnicidade e racialidade, se realiza de forma mecânica, garantida pelas armas e pela vigilância. As práticas espaciais de ricos e pobres não escapam à mediação da militarização, operada pelas forças armadas dos três países: Brasil, Paraguai e Argentina, pelas polícias locais, pelas empresas de segurança e vigilância, garantindo assim as condições de fragmentação, nas quais uma pequena parcela de pessoas, empresas e organizações, tem as condições para se integrar aos fluxos globais que se materializam aqui de forma menos restritiva, e nas quais uma grande parcela experimentam as perversidades das condições de vida territorial e urbana, vivenciando processos de subalternização e marginalização.

Referências

- ANDRÉ, André Luís. *Ensaio: Geopolítica, Cidade e Violência*. Brasil: AGBOOK, 2016.
- BENKO, Georges G. Benko et al. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 1996.
- CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. 2013.
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrários em América Latina; de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. 1994.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Zahar, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Editora Record, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.
- _____. *Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*. *Antares: Letras e Humanidades*, n. 3, p. 02-24, 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 215-247, 1996.